

**PESCADORES,  
TRABALHO E  
GEOGRAFIA: UMA  
APROXIMAÇÃO DE  
ESCALAS,  
MODALIDADES E  
EMBATES PRESENTES  
NO TRABALHO PELAS  
ÁGUAS**

***FISHERMEN, WORK  
AND GEOGRAPHY: AN  
APPROACH OF SCALES,  
MODALITIES AND  
OPPOSITIONS PRESENT  
IN THE LABOR FOR  
THE WATER***

***PESCADORES,  
TRABAJO Y  
GEOGRAFÍA: UN  
ACERCAMIENTO DE  
ESCALAS,  
MODALIDADES Y  
EMBATES PRESENTES  
EN EL TRABAJO EN  
LAS AGUAS***

**EDUARDO SCHIAVONE  
CARDOSO\***  
educard@smail.ufsm.br

**UFSM**

\*Prof. Dr. Departamento de  
Geociências – Centro de Ci-  
ências Naturais e Exatas  
Universidade Federal de  
Santa Maria  
Pós-doutorando – Geografia

**Resumo:** O objetivo deste artigo é contribuir para o entendimento da atividade pesqueira como uma modalidade de trabalho, refletindo uma temática que permeia o campo de investigação da Geografia e apontando para os embates que a sociedade e o espaço vivenciam no uso das águas para a produção do pescado. Baseado nas fontes de informações disponíveis, apresenta um panorama da produção e dos produtores de pescado no Brasil e em termos mundiais, apontando para algumas categorias de análise da organização da atividade pesqueira e aquícola, empregadas para o entendimento da diferenciação da produção na pesca e na aquíicultura. Apresenta aspectos da dinâmica da expansão das pescarias em bases industriais, dentre outros processos e a repercussão na atividade dos pescadores de pequena escala, sujeitos que vivenciam o mundo urbano, rural, litorâneo ou ribeirinho e suas demandas e problemáticas.

**Palavras-chave:** Pesca, Pescadores, Aquicultura, Trabalho, Geografia

**Abstract:** This paper aim is to contribute to fishing activity comprehension as a work modality, reflecting an underlying thematic in Geography research field and pointing out the oppositions that the society and the space live related to water use for fish caught production. Based on the sources available, it presents a fish production and producer view in Brazil and worldwide, indicating some analytic categories of fishing activity and farming organization, used to understand the differentiation between production in the fishing and in the farming. It brings aspects on the dynamic of fishery expansion in industrial grounds, among other processes, the repercussion on the small scale fishermen activity, subjects living in urban, rural or coastal world and their demands and troubles.

**Keywords:** Fishery, Fishermen, Fish Farming, Work, Geography

**Resumen:** El objetivo de este artículo es plantear la visión de la actividad pesquera como una modalidad de trabajo, presentando una temática que pertenece al campo de investigación de la Geografía y señalando los embates que la sociedad y el espacio configuran en el uso de las aguas para la producción del pescado. Con base en las fuentes de informaciones disponibles, se presenta un panorama de la producción y de los productores de pescado en Brasil y, en el escenario mundial, se apuntan algunas categorías de análisis de la organización de la actividad pesquera y aquícola, empleadas para la comprensión de la diferencia de producción en la pesca y en la aquíicultura. Se muestran también aspectos de la dinámica de la expansión de la pesca en bases industriales y, dentre otros procesos, la repercusión en la actividad a los pescadores de pequeña escala, sujetos que vivencian el mundo urbano, rural, litoráneo u orillero con sus demandas y problemáticas.

**Palabras clave:** Pesca, Pescadores, Acuicultura, Trabajo, Geografía

## INTRODUÇÃO

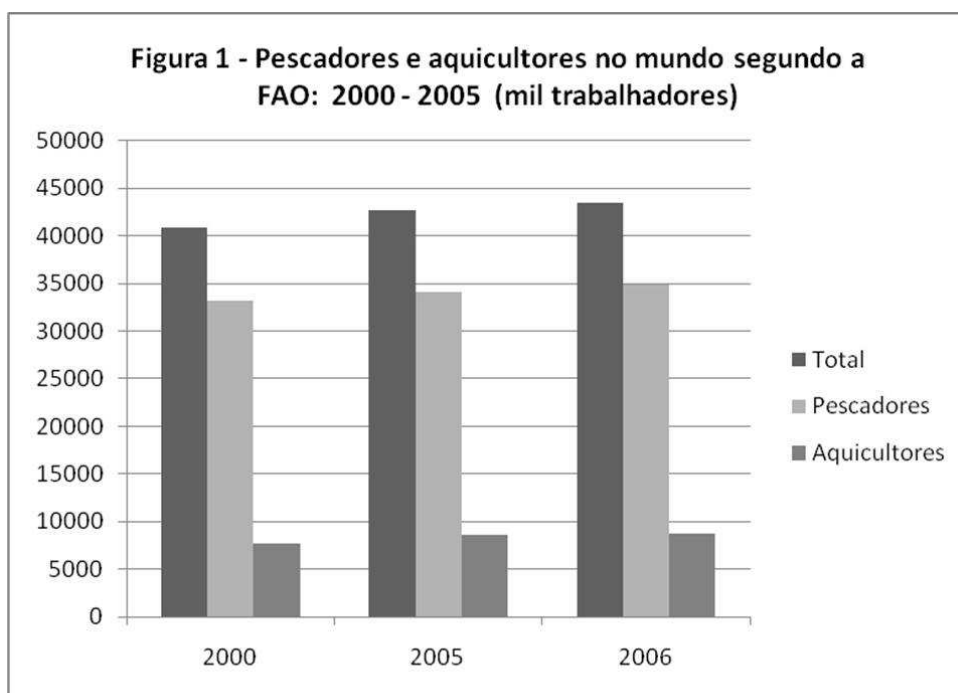
Pensar a atividade pesqueira como uma modalidade laboral para alguns pode parecer estranho. É um estranhamento que, por vezes, se manifesta em gracejos motivados por um imaginário que enxerga as águas na perspectiva da terra firme. O objetivo deste artigo é contribuir para que este estranhamento possa ser menor, desvelando-o e refletindo uma temática que permeia o campo de investigação da Geografia, apontando para os embates que a sociedade e o espaço vivenciam no uso das águas para a produção do pescado.

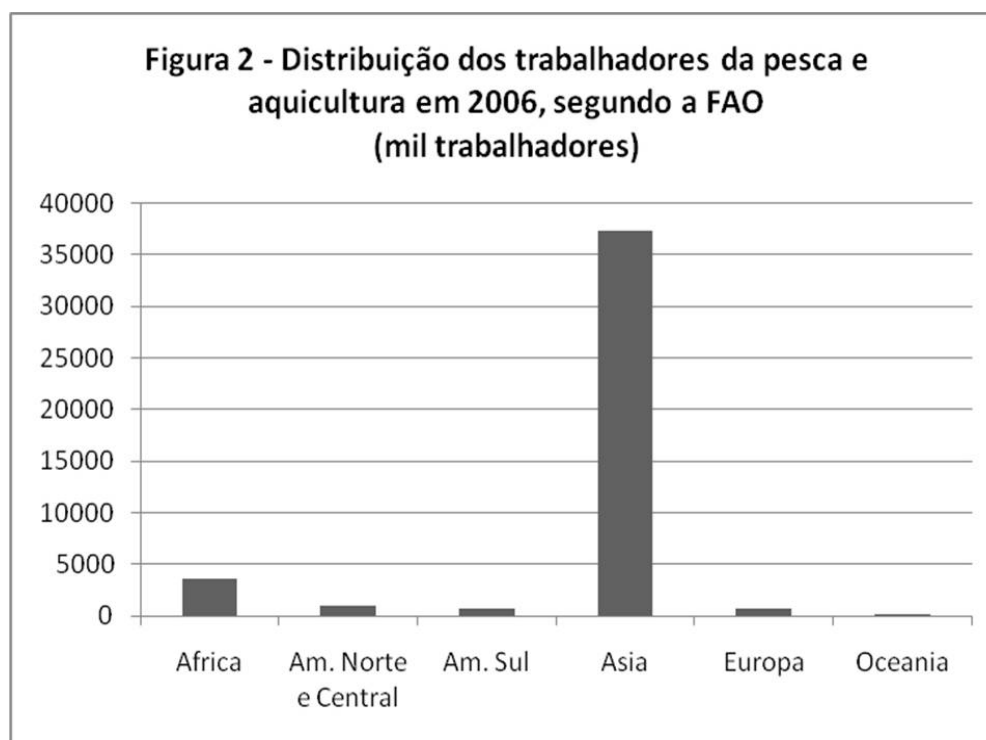
### Configuração E Diversificação Do Trabalho Na Produção De Pescado - As Estatísticas Mundiais

Cerca de 43,5 milhões de trabalhadores viviam da produção de pescado extrativo e cultivado no mundo em 2006, segundo os dados compilados pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), em seu relatório de 2008. A FAO apresenta relatórios sistematizados a cada dois anos, desde 1996, intitulados *El estado mundial de la pesca y acuicultura*, na versão em língua espanhola.

Este contingente de trabalhadores produziu naquele mesmo ano 143,6 milhões de toneladas de pescado, das quais 92 milhões de forma extrativa e pouco mais de 51 milhões em atividades de aquicultura.

Apresentando dados que compreendem o período entre 1990 e 2006, porém com uma base maior de países informantes no período de 2000 a 2006, os dados da FAO apontam para a grande concentração destes trabalhadores no continente asiático – 85,8% do total, seguido pela África – 8,4%, América do Norte e Central – 2,4%, América do Sul – com cerca de 1,7%, Europa – 1,6% e Oceania – 0,1%, conforme Figuras 1 e 2 (FAO, 2009).





No período entre 2000 e 2006, pouco mais de 700.000 trabalhadores adentraram nas atividades de pesca e aquicultura, esta última apresentando um crescimento relativo de cerca de 1% na ocupação dos trabalhadores ligados à produção do pescado.

Além destas informações o relatório apresenta a produção pesqueira por pescador de cada continente em 2006, que é de 2,1 toneladas/pescador/ano na África, 2,5 toneladas/pescador/ano na Ásia, 12,7 toneladas/pescador/ano na América Latina, 19,7 toneladas/pescador/ano na América do Norte, 21,4 toneladas/pescador/ano na Europa e 25,1 toneladas/pescador/ano na Oceania<sup>1</sup>.

Tais números são indicativos do grau de industrialização das atividades pesqueiras em algumas regiões e da importância da pesca de pequena escala e do pescado como fonte de emprego, alimento e renda em países menos industrializados. Indicam ainda que não é possível falar da atividade pesqueira como um setor homogêneo em termos de desenvolvimento tecnológico e das modalidades de trabalho na pesca. Neste sentido pode-se falar em uma pesca industrializada e uma pesca de pequena escala, comumente chamada de pesca artesanal. Em termos da produção aquícola, esta também se diferencia com relação ao emprego de capital e tecnologia, escala de produção e organização do processo produtivo.

Além dos 43,5 milhões de trabalhadores que se dedicam parcial ou completamente à atividade pesqueira, a FAO estimou em cerca de 4 milhões o número de pescadores e aquicultores ocasionais no ano de 2006. O tempo de trabalho dedicado às atividades de pesca e aquicultura é uma variável que comporta uma multiplicidade de situações, relacionada à complementaridade de atividades laborais e mesmo à dinâmica dos recursos aquáticos e naturais, em seus ciclos que imprimem temporadas de pesca de determinado recurso e mesmo a sazonalidade climática que pode impedir o acesso à determinadas áreas de pesca.

Ainda baseado nos dados do relatório da FAO, estima-se que para cada 1 pessoa empregada na produção do pescado, 4 postos de trabalho se criam em atividades correlatas, tais como confecção dos apetrechos de pesca, construção e reparo de embarcações e moto-

<sup>1</sup> A elevada produtividade que se apresenta para Oceania reflete, segundo a FAO, em informações incompletas no período.

res, produção e fornecimento de gelo, processamento, embalagem e comercialização dos produtos da pesca e aquicultura. Somando-se os pescadores e aquicultores, aos trabalhadores envolvidos nestes demais segmentos da cadeia produtiva, a FAO aponta para 170 milhões de empregos ligados à pesca e aquicultura mundial. Estimando um número de 3 dependentes para cada emprego destes, chega-se a um total de 520 milhões de pessoas, ou 7,9% da população mundial, cujos meios de sobrevivência são garantidos pelo pescado, destacando ainda o papel das mulheres em diversas atividades deste setor produtivo (FAO, 2009).

Com relação à dinâmica do emprego no setor, alguns dados do relatório valem ainda ser descritos. Em 2006, os trabalhadores diretamente envolvidos na pesca e na aquicultura, totalizaram 3,2% das pessoas economicamente ativas na agricultura mundial e nas três últimas décadas o emprego no setor cresce mais do que a população mundial e mais do que na agricultura tradicional, conseqüência do incremento da produção aquícola. Por outro lado, aponta uma estagnação e mesmo declínio do emprego na pesca extrativa de alguns países industrializados e a substituição, nas frotas européias e japonesas, de trabalhadores locais por pescadores estrangeiros, oriundos dos países em desenvolvimento ou de economias de transição, segundo a FAO.

Um último dado extraído do referido relatório nos aproxima de uma distribuição das embarcações de pesca no mundo. Considerando toda a dificuldade do levantamento de informações, estima-se que 90% das embarcações motorizadas medem menos de 12 metros e são predominantes na pesca mundial, em especial na Ásia, África e Oriente Médio, ao passo que as embarcações de maior porte (pouco mais de 24 metros), consideradas industrializadas, se distribuem de forma homogênea na maioria das áreas consideradas pela FAO e, proporcionalmente, ganham maior importância nas capturas da Europa, América Latina/Caribe e América do Norte.

## Trabalho E Pesca No Brasil

O percurso traçado ao apresentar a configuração do trabalho na pesca a partir dos dados disponíveis nas estatísticas mundiais da pesca e da aquicultura, será agora aplicado ao caso brasileiro, a partir de duas fontes de dados presentes na estatística oficial: o Registro Geral de Pesca (RGP) e as Estatísticas da Pesca divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

De acordo com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), que no ano de 2009 se transforma em Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA):

*“O Registro Geral da Pesca (RGP) – que no passado foi de responsabilidade da extinta Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), posteriormente assumido pelo IBAMA e recentemente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) – estava regulamentado por instrumentos normativos editados por este ministério. Hoje, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca é o órgão promotor da gestão e desenvolvimento da aquicultura e da pesca brasileira e, no caso específico, como órgão gestor do Registro Geral da Pesca, regulamenta as atividades intrínsecas às suas funções. Como conseqüência foi publicado no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2004 a Instrução Normativa n° 3, de 12 de maio de 2004, que dispõe sobre a operacionalização do Registro Geral da Pesca, adequando-o à realidade atual do setor pesqueiro” (SEAP, 2006).*

O processo de recadastramento dos trabalhadores da pesca no RGP, visando sua regularização, a emissão de carteiras e permissão de pesca vem sendo realizado desde 2004, a partir de criação da Secretária Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP.

Tal processo culminou com a divulgação de um relatório em 2006, que apontou para a existência de 390.761 pescadores e pescadoras no Brasil. Em 2009, por ocasião da 3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, foi divulgado o número de cerca de 711.000 trabalhadores e trabalhadoras dos setores de pesca e aquicultura, provavelmente resultante da atualização dos registros (SEAP, 2009) <sup>2</sup>.

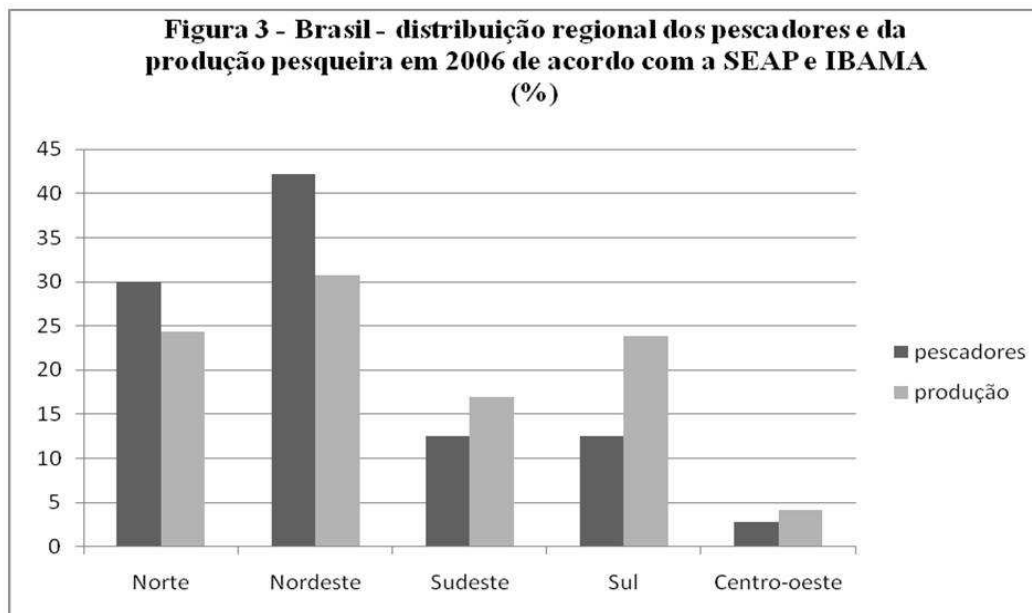
Este processo talvez traga a luz o número de pessoas envolvidas na produção do

<sup>2</sup> É provável que os números de pescadores e aquicultores da América do Sul apresentados pela FAO no seu relatório de 2009, citado na seção anterior deste texto, tenham por base os números preliminares do RGP, uma vez que a somatória dos trabalhadores de todos os países do continente atinja 708.000 indivíduos.

pescado no Brasil. Segundo a Instrução Normativa n. 3 de 12 de maio de 2004, o RGP é condição para a regulamentação do exercício das atividades ligadas à pesca e a aquicultura das seguintes categorias de trabalhadores e de demais agentes econômicos ligados ao setor: Pescador profissional na pesca artesanal; Pescador profissional na pesca industrial; Aprendiz de pesca; Armador de pesca; Embarcação pesqueira; Indústria pesqueira; Aquicultor e; Empresa que comercializa organismos aquáticos vivos. A atualização destas informações pode permitir verificar a ordem de grandeza destes setores e já aponta sua diferenciação interna conforme será visto a seguir.

Entretanto, este esforço não supre a deficiência de informações sistemáticas de séries temporais mais longas. Neste sentido fica comprometida a análise da dinâmica de ingresso e saída na pesca e na aquicultura em termos das ordens de grandeza em escala nacional. Um levantamento da Confederação Nacional de Pescadores de 1986 apontava para cerca de 550 mil pescadores filiados às Colônias de Pescadores. Estimativas dos anos 90 situavam como cerca de 800 mil trabalhadores o contingente envolvido no setor pesqueiro brasileiro de forma direta e cerca de 4 milhões de forma indireta, atuando nos setores de construção de embarcações e aparelhos de captura, beneficiamento e industrialização da produção. Dados da SEAP, baseados no recenseamento do IBGE de 2000, apontam para cerca de 326.000 pescadores e 19.000 aquicultores em todo o Brasil (DIAS NETO e DORNELES, 1996; PROPOSTA, 1988)

Retomando agora os números parciais divulgados pela SEAP em 2006 e que trazem um maior detalhamento da distribuição dos pescadores e pescadoras até então recadastrados, observa-se que dos 390.761 trabalhadores recadastrados, 69,47% são homens e 30,53% mulheres. Do total de trabalhadores, 42,19% são nordestinos, 30% vivem no Norte do país, 12,52% no Sudeste, 12,47% no Sul e 2,82% no Centro-Oeste, conforme Figura 3. O Pará é o estado brasileiro com mais pescadores registrados – 77.133, seguido pelo Maranhão 45.726, Bahia 36.851 e Santa Catarina 24.922 trabalhadores da pesca (SEAP, 2006).



Em números absolutos são estes mesmos estados que apresentam o maior contingente de trabalhadoras na pesca. Em termos relativos, entretanto, as mulheres compõem 46% dos trabalhadores cadastrados no Maranhão. O estado de São Paulo comporta a menor participação percentual de mulheres no setor, com 12,46% (SEAP, 2006).

De acordo com o mesmo relatório, quase 75% dos pescadores e pescadoras brasileiros não completaram o ensino fundamental e 9,34% são considerados analfabetos. O diploma

de nível superior foi obtido por 871 trabalhadores do setor – 0,22% do total. Neste quesito o relatório consultado apresenta uma incongruência nos dados relativos ao estado de Alagoas, que apresenta o cadastramento de 10.592 trabalhadores e no cálculo da escolaridade, a somatória atinge 19.809 trabalhadores, sendo 10.592 analfabetos.

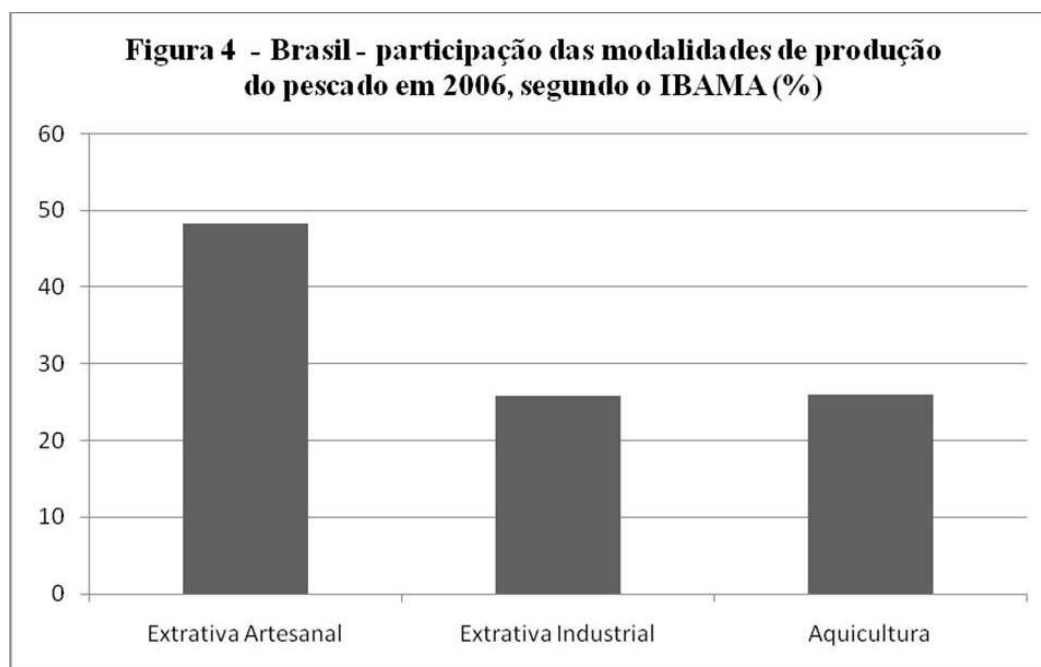
Com base nesta síntese e empregando as informações das Estatísticas da Pesca do ano de 2006, pode-se chegar a um esboço da relação entre número de pescadores, produção de pescado e formas de organização do trabalho da pesca no Brasil.

As Estatísticas da Pesca, que foram produzidas pelo IBGE nos anos de 1970 e 1980 e interrompidas no início dos anos de 1990, passaram a ser organizadas pelo IBAMA a partir da sistematização de informações oriundas de diversos órgãos ligados ao setor de pesca e aquicultura e voltaram a ser divulgadas em meados dos anos de 1990, como um esforço para fornecer uma base de informações sobre a produção do pescado no Brasil.

Ao empregar os dados oriundos das Estatísticas da Pesca, há de se considerar as informações em termos de ordem de grandeza, tendo em vista que a própria publicação aponta para as deficiências na geração da informação, tais com: deficiências no tocante ao número de coletores da informação, o pequeno compromisso do setor produtivo com o fornecimento de informação e a ausência de um esforço institucional integrado para a geração das estatísticas (IBAMA, 2005).

De acordo com as Estatísticas da Pesca, em 2006 o Brasil produziu 1.050.808 toneladas de pescado, das quais 50,2% oriundas de capturas marinhas, 23,9% capturadas em águas continentais, 7,7% cultivadas no mar e 18,2% cultivadas em águas continentais (IBAMA, 2008).

Em outra seção, as estatísticas indicam que o setor de pesca extrativa artesanal foi responsável por 48,3 % da produção de pescado no ano de 2006, a pesca extrativa industrial respondeu por 25,8% do pescado produzido e a aquicultura (marinha e continental) 25,9%, conforme Figura 4. No norte e nordeste do país, a pesca extrativa artesanal respondeu, respectivamente, por 78,4 e 66,2% da produção regional.



Ainda em termos regionais, o Nordeste brasileiro produziu cerca de 30,8% do pescao nacional em 2006, seguido pela região Norte com cerca de 24,3 %, Sul – 23,8%, Sudeste – 16,9% e Centro-Oeste – 4,2% (IBAMA, 2008).

Tomando-se apenas os valores referentes à produção extrativa regional e os números

de 2006 do Registro Geral de Pesca, relacionados ao total de pescadores por região, chega-se a um indicativo, ainda que grosseiro, da produtividade de cada pescador por região. Neste caso, em 2006, cada pescador do norte do país produziu quase 2 toneladas de pescado extrativo, no Nordeste 1,3 toneladas, no Sudeste 2,8 toneladas, no Sul 3,5 toneladas e no Centro-Oeste 0,9 toneladas, denotando uma divisão regional das estruturas de produção da pesca extrativa já consagrada na literatura, que aponta para a concentração do setor extrativo industrial nas pescarias do sul e sudeste do país, ao passo que predomina a pesca artesanal no norte e nordeste. No caso das águas interiores, as capturas são quase que exclusivamente consideradas artesanais.

Embora as estatísticas apresentem o predomínio da pesca artesanal nas águas interiores e marinhas do Brasil, esta não é claramente definida na divulgação das Estatísticas da Pesca e nem pressupõe uma homogeneidade com relação aos produtores. No interior da pesca de pequena escala, pode-se encontrar tanto o pescador autônomo, quanto aquele ligado às empresas e armadores. Da mesma forma o destino da produção pode atingir escalas de comercialização diferenciadas e os meios de produção comportar maior ou menor investimento de capital e tecnologia.

Ainda que grosseiros, os números apontam para valores bem menores do que os descritos no relatório da FAO acima citado, onde cada pescador latino-americano produziu cerca de 12 toneladas/ano. Neste caso convém lembrar a diferenciação entre a produtividade das zonas marinhas do Atlântico e do Pacífico, em especial na América do Sul, que eleva a produção pesqueira de países como Peru e Chile em cerca de 10 vezes a produção extrativa marinha brasileira. Tomando por base os dados da SEAP de 2009 que apontam para cerca de 711.000 o número de trabalhadores da pesca e da aquicultura no Brasil, esta produtividade estimada seria ainda menor.

No caso da aquicultura brasileira, três setores se destacam: a piscicultura continental respondendo por cerca de 70% da produção, a carcinocultura marinha com 24% e o cultivo de moluscos marinhos, perfazendo pouco menos de 6% do total produzido, de acordo com as Estatísticas da Pesca do IBAMA de 2006. Em uma perspectiva genérica, o cultivo de peixes se distribui por todo o país, em águas públicas ou em propriedades rurais empregando sistemas de produção de escalas variadas; a carcinocultura marinha concentra-se no litoral nordestino, demandando estruturas de cultivo mais capitalizadas; e o cultivo de moluscos predomina em Santa Catarina – ainda que presente também nos demais estados do país, sendo realizado por pescadores, ex-pescadores e empresas.

Por ocasião do Censo Agropecuário de 2006, o IBGE coletou e divulgou, pela primeira vez, o resultado da atividade aquícola nos estabelecimentos rurais do Brasil. Totalizando 153.409 estabelecimentos rurais, a produção computada chegou a 181.797,75 toneladas – cerca de 67% do total divulgado pelo IBAMA no mesmo ano, demonstrando a discrepância das informações oficialmente divulgadas (CARVALHO FILHO, 2009).

Apresentados estes números mais gerais, que podem ser considerados apenas indicadores das ordens de grandeza da produção e do trabalho na pesca e na aquicultura, no Brasil e em termos mundiais, dada à disponibilidade e qualidade das informações, a seção a seguir se dedicará à análise da diferenciação entre os agentes produtivos do setor e parte de sua mobilidade laboral.

## **As Modalidades De Trabalho Na Produção Do Pescado**

Na perspectiva de entendimento da diversidade de situações presentes na atividade pesqueira extrativa no Brasil, o ponto de partida aqui elencado consiste na sistematização proposta pelo cientista social Antonio Carlos Sant'Ana Diegues, em trabalho publicado no início dos anos de 1980.

Este autor identifica três categorias básicas de produção pesqueira, das quais se derivam cinco tipos distintos. São elas: a pesca de auto-subsistência; a pesca realizada nos moldes da pequena produção mercantil, subdividida em pequena produção mercantil simples dos pescadores lavradores e pequena produção mercantil ampliada dos pescadores artesanais; e a produção capitalista na pesca, subdividida em produção dos armadores de

pesca e na pesca empresarial-capitalista. Tal sistematização baseia-se na análise da combinação dos fatores produtivos e nas relações sociais de produção (DIEGUES, 1983).

A pesca de subsistência realiza-se, sobretudo, em uma economia de produção de valores de uso, com trocas de eventuais excedentes realizadas sem mediação da moeda. Praticamente desaparecida no litoral brasileiro, o autor identifica no início dos anos de 1980, a ocorrência desta modalidade de produção em áreas distantes da Amazônia e no interior de grupos indígenas. No início dos anos de 1970, outro cientista social – Francisco Mourão, encontrou vestígios dessa economia de troca no complexo lagunar de Iguape-Cananéia (DIEGUES, 1983).

Pensar em economias de troca e de subsistência, baseadas na produção pesqueira, no início da década de 2010 no Brasil, pode sugerir alguns caminhos de investigação. O primeiro é apontado pelo próprio Diegues, quando admite a existência da pesca de subsistência junto a situações específicas de áreas distantes ou grupos de economia fechada – onde ainda persiste esta modalidade de produção pesqueira desvinculada do mercado de pescado.

Um segundo caminho, diz respeito ao uso do pescado como suprimento alimentar de populações urbanas e rurais pauperizadas ao longo dos rios, mares, lagos e demais corpos d'água brasileiros. Sem entrar em circuitos de comercialização, o peixe, o molusco, o crustáceo vai direto para a alimentação, como uma estratégia de sobrevivência que demanda trabalho – sobrando no mercado precarizado, baixo investimento em equipamentos – apenas o corpo na cata de moluscos e crustáceos, ou pequenas redes e linhaças de mão, além de não requerer a propriedade da água – por enquanto. Neste caso, porém, a pesca não é uma atividade laboral do grupo e antes atende uma demanda alimentar.

O terceiro caminho refere-se ao equívoco das interpretações. Por vezes grupos de pescadores são considerados isolados, auto-suficientes e distantes dos circuitos mercantis, quando na verdade sua produção vincula-se a uma malha de intermediação não visível aos olhos menos atentos do pesquisador. Para estes casos, Breton e Estrada (1989) nos alertam com a seguinte observação: “*Para el observador mal avisado, tales productores parecen estar dentro de un sistema en que el capitalismo no está presente, cuando en realidad es el núcleo de su funcionamiento*”.

Duas formas de organização da atividade pesqueira se enquadram dentro do conceito de pequena produção mercantil, segundo Diegues (1983): *a pequena produção mercantil simples dos pescadores-lavradores* e *a pequena produção mercantil ampliada dos pescadores artesanais*. O objetivo de ambas é a produção de valores de troca, sendo os produtores proprietários dos meios de produção, utilizando tecnologias de baixo poder de predação, dominam o saber fazer e o processo de trabalho, empregam força de trabalho familiar ou do grupo de vizinhança e a apropriação do produto é regida pelo sistema de partilha.

A produção dos pescadores-lavradores compõe uma economia onde a base de atividades é predominantemente agrícola, sendo a pesca uma atividade complementar exercida com maior intensidade nos períodos de safra quando os peixes acostam. O trabalho familiar predomina nesta modalidade.

Já a pesca artesanal traz algumas características diferenciadas já apontadas por Diegues (1983): a mão de obra familiar nem sempre é a base da produção, empregando-se outras pessoas como camaradas; a pesca passa a ser a principal fonte de renda e atividade exclusiva mais especializada e com maior diferenciação entre os proprietários dos meios de produção e os camaradas; a propriedade familiar vai dando lugar à propriedade individual dos instrumentos de trabalho; a pesca é exercida em ambientes mais distantes; os instrumentos de produção são mais sofisticados; e o processo de comercialização torna-se mais complexo com o aparecimento de firmas de compra e financiamento da produção.

O conceito de Diegues de *pescadores-lavradores*, reporta-se a um conjunto de sociedades de pescadores que, na sua reprodução social, lançam mão de distintas atividades laborais e um calendário de trabalho, que articulam o mundo das águas com o mundo da terra.

Em uma perspectiva mais clássica, tais características são observadas por vários pesquisadores que se dedicaram ao estudo dos chamados caiçaras do litoral paulista. As



transformações no espaço costeiro trouxeram outros elementos para esta equação. A complementaridade não se dá apenas no binômio pesca-roça e sim envolve outras atividades: pesca e “biscate”, pesca e turismo, pesca e artesanato, pesca e aquicultura, entre outros binômios, trinômios e quadrinômios, mesclando o mundo da pesca com o mundo agrário e urbano.

No Rio Grande do Sul esta complementaridade tem sido observada ao longo da pesca realizada em águas interiores através de pesquisas desenvolvidas na segunda metade da década de 2000 (CARDOSO *et alli*, 2009).

Em algumas localidades pesquisadas, a complementaridade se apresenta como uma estratégia de reprodução social, tendo em vista a queda da produtividade da pesca e a degradação dos ambientes aquáticos. No litoral paulista, a dinâmica do mercado imobiliário aparece como uma oportunidade para o abandono temporário do trabalho na pesca, retomado assim que o mercado de trabalho em terra se retrai.

Acresce-se a esta discussão a questão do acesso ao mar e a territorialidade do fazer pesqueiro. Como o acesso ao mar, em tese, é uma fronteira aberta, o retorno à pesca aparece sempre como uma possibilidade de trabalho que garante minimamente a proteína animal. Ao aventurar-se em outras frentes de trabalho e suas possibilidades de auferir ganhos ou perdas, esta perspectiva não deve ser de todo negligenciada ao analisar os metabolismos do processo de trabalho na pesca.

Nesse sentido apreender os processos migratórios e a mobilidade espacial e sazonal de pescadores, permite identificar o que Thomaz Jr (2004) aponta como a fluidez do desenho societal da classe trabalhadora em suas ligações rompidas e refeitas. Uma análise mais detalhada pode apontar para a mobilidade laboral presente entre pescadores e seus distintos caminhos, identificando hipóteses de pauperização econômica, proletarização nas frotas empresariais, precarização do trabalho na pesca, diferenciação socioeconômica no interior da pequena produção pesqueira, bem como a assunção de novas formas identitárias, como o conceito de comunidades tradicionais, empregado nas políticas oficiais ligadas à preservação ambiental.

Analisando a pequena produção mercantil na pesca – simples e ampliada, e sua persistência/sobrevivência/reprodução no mundo do trabalho, pode ser apontado para o papel que esta exerce na reprodução do capital do setor pesqueiro, sua subordinação aos mecanismos de intermediação e os conflitos com as modalidades de produção pesqueira com maior incremento de tecnologia e capital.

No âmbito da produção pesqueira capitalista, Diegues identifica duas formas de organização da produção: a produção dos armadores de pesca e a produção das empresas. Os armadores são proprietários de embarcações que não participam diretamente da captura. Podem possuir um ou mais barcos, que são postos para pescar mediante a contratação de tripulações comandadas por um mestre, cuja remuneração, via de regra, se faz pelo sistema de partes relacionadas à produção, das quais são deduzidos os custos da viagem e da manutenção dos equipamentos.

A pesca empresarial capitalista tem a frente empresas pesqueiras que podem, ou não, serem integradas verticalmente, possuindo setores de captura, beneficiamento e comercialização do pescado. Caracterizam-se pelo predomínio de embarcações de maior porte, equipadas com maquinário mais moderno de detecção, captura e processamento do pescado, empregando tripulações onde o assalariamento, mensal ou parcial, passa a ser mais constante, assim como uma maior divisão de tarefas durante as operações de pesca. Ao salário fixado, as tripulações podem ainda mesclar ganhos por produtividade, de acordo com o resultado das capturas (DIEGUES, 1983).

O trabalho nas frotas de armadores ou empresas dá origem a uma categoria específica de trabalhadores pescadores, comumente chamados de embarcados, que vendem sua força de trabalho e se diferenciam dos pequenos produtores pesqueiros no que diz respeito à propriedade dos meios de produção e às relações de trabalho. Sua representação laboral se realiza no âmbito de sindicatos de pescadores embarcados, organizados por empresas ou localidades.

No caso brasileiro, o setor capitalista da pesca teve um forte incremento das políticas

governamentais, a partir dos anos de 1960, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), favorecendo o investimento de recursos públicos na configuração de frotas e indústrias pesqueiras, ainda que as figuras do armador de pesca e das empresas de beneficiamento remontem para as primeiras décadas do século XX.

As formas de produção sistematizadas por Diegues permitem abarcar a diversidade de situações presentes na produção pesqueira extrativa. É evidente que ao propor uma tipologia, o autor apresenta as situações mais gerais e que devem ser tratadas como um pano de fundo, emoldurando uma diversidade de realidades situadas entre os distintos tipos elencados. Além disso, o autor aponta para as relações que se estabelecem entre estas distintas modalidades de produção e a sua dinâmica, evitando assim a consideração de tipos ideais de produtores, congelados em um tempo histórico passado.

Como exemplo de um processo de atualização, observa-se no interior da chamada pesca artesanal e como conseqüência de uma crescente especialização na atividade pesqueira, uma diversificação entre os produtores no tocante ao aparato tecnológico empregado. Constitui-se um segmento de pescadores artesanais capitalizados, proprietários de embarcações motorizadas, equipadas com navegadores e identificadores de cardumes, ainda que a organização do trabalho se realize no interior de grupos familiares ou de vizinhança e o sistema de remuneração por partes predomine na divisão dos rendimentos do trabalho.

Por outro lado, empresas que operavam com frotas próprias abandonam as capturas e se abastecem da produção dos pescadores artesanais ou armadores, como forma de viabilizar suas linhas de produção. Algumas vezes, tais linhas funcionam apenas de forma temporária, mediante a chegada do pescado desembarcado e o trabalho na fábrica de peixe se caracteriza por jornadas e contratos diários.

Como parte da cadeia produtiva do pescado, porém situados em segmentos não diretamente relacionados às capturas, uma diversidade de agentes econômicos estão presentes. A confecção dos apetrechos de pesca, a construção e reparo de embarcações e motores, o beneficiamento e comercialização do pescado, entre outras tarefas situadas ao longo do processo produtivo, revelam a presença de modalidades de trabalho ligadas ao pescado e que não são necessariamente o trabalho do pescador. Estudando a localidade de Canto do Mangue, em Natal – RN, Lima (1995) identifica 6 tipos de trabalhadores ligados à comercialização do pescado, 4 categorias sociais dedicadas a manutenção dos equipamentos de pesca e 2 outras suprindo os trabalhadores na pesca de insumos para o pescado, como os atravessadores de gelo e para os pescadores, como os comerciantes de tira-gosto e bebidas.

Tal realidade, que apreende a diversidade de modalidades de trabalho presentes na cadeia produtiva do pescado, corresponde à estimativa da FAO apresentada em seção anterior deste artigo que aponta para a criação de quatro postos de trabalho para cada trabalhador dedicado à captura ou cultivo do pescado (Figura 5). No caso brasileiro, o RGP já citado, apresenta algumas das categorias de trabalhadores e demais agentes econômicos que devem obter a regulamentação para o trabalho no pescado.

Afora este conjunto de categorias e modalidades de trabalho, observam-se três outras formas de extração de pescado que, por vezes, se sobrepõe, ou articulam-se à atividade pesqueira propriamente dita. Uma delas é a extração de espécies ornamentais para a aquariofilia, presente em praticamente todo o país nas águas doces e marinhas. Estima-se em milhões de indivíduos de peixes e outras formas de vida aquática, capturados e comercializados no mercado interno e externo, de distintas espécies, com destaque para espécies tropicais das águas amazônicas, onde, em algumas localidades, os extratores de peixes ornamentais são designados como piabeiros.

### **Figura 5 - Algumas das modalidades de trabalho presentes na cadeia produtiva do pescado**



**Do alto à esquerda em sentido horário, o trabalho no pescado: captura, manutenção de rede, processamento, transporte, comercialização e desembarque. Fotos do autor - 2008 e 2009**

As duas demais formas de extração do pescado se integram e correspondem à pesca amadora e esportiva e à captura de iscas. Embora correspondente a um setor econômico vinculado às atividades de lazer, turismo ou esportes, a pesca esportiva e amadora, incluindo a caça submarina, acabam por concorrer com a pesca profissional pelas espécies e espaços de pesca, movimentando um segmento de mercadorias e serviços voltados a esta prática, incluindo aí programas televisivos, publicações específicas, clubes de pesca, entre outros. Por vezes pescadores amadores e esportivos estão gerindo as instâncias representativas de pescadores profissionais, tais como as Colônias de Pescadores, gerando dificuldades no estabelecimento dos mecanismos de interlocução com as políticas públicas voltadas

à pesca profissional.

Em outra perspectiva, pescadores profissionais acabam atuando em serviços voltados à pesca esportiva, tais como no transporte, no comando das embarcações e no fornecimento de iscas, vivas ou não, que abastecem os pescadores esportivos. Neste último caso, em algumas localidades se estabelece uma categoria laboral de trabalhadores na coleta de iscas, conhecidos como isqueiros, e que podem ou não ser constituída de egressos da pesca profissional, ou pescadores que articulam a atividade pesqueira com a coleta de iscas de acordo com as temporadas de maior afluxo de turistas.

No caso da produção aquícola, a diversidade de situações e modalidades de trabalho também está presente. Difere-se o trabalho na aquícultura em pelo menos quatro situações, de acordo com a espécie produzida, o sistema de propriedade, a escala de produção e a forma de organização do trabalho.

No primeiro caso distinguem-se cultivos marinhos e de água doce. Peixes, camarões, alguns répteis, anfíbios e quelônios são produzidos em água doce. Peixes, camarões, moluscos e algas são os principais grupos de espécies cultivadas em águas salobras ou marinhas. Quanto aos sistemas de propriedade a aquícultura pode ser exercida em propriedades privadas rurais e urbanas, como também em terrenos e águas públicas doces, salobras ou salgadas, mediante regimes de concessão.

As escalas de produção são diferenciadas de acordo com cada tipo de cultivo e, podem ou não, refletir a forma de organização do trabalho realizado no âmbito do produtor individual, grupo familiar, cooperativas e associações ou empresas de aquícultura. Às escalas de produção somam-se ainda a intensidade dos cultivos, existindo sistemas intensivos e extensivos de produção, além dos intermediários.

Resulta dessas diferenciações uma gama de produtores e trabalhadores dos cultivos. Alguns exemplos podem ser ilustrativos desta diversidade. O maricultor que se dedica ao cultivo de moluscos no sudeste e sul do país, em muitas situações é um pequeno produtor na pesca artesanal ou um ex-pescador, que passou a desenvolver os cultivos como uma das muitas atividades complementares que realiza em seu calendário laboral. Nas propriedades rurais de muitos rincões do país, a produção de peixe de água doce passou a compor o rol de atividades diversas que viabilizam o sustento da família. Em situações mais intensivas, um ou dois trabalhadores são contratados para a manutenção dos cultivos. Na perspectiva da produção capitalista, empresas são criadas com a finalidade de produção aquícola e se formam fazendas especializadas em um ou outro cultivo.

Frente a esta diversidade, a legislação recente do Brasil identifica cinco modalidades de cultivos: comercial, científico, de recomposição ambiental, familiar; e ornamental, prevendo o ordenamento das modalidades de cultivo segundo a forma, a dimensão, as práticas empregadas e a finalidade dos empreendimentos (BRASIL, 2009).

## **Modernização, Crise E Os Trabalhadores Do Pescado Em Seus Movimentos**

Apresentadas algumas das principais diferenciações presentes nos setores de produção do pescado, seja extrativo ou cultivado, importa agora pontuar eventos da evolução recente do setor e seu reatamento no espaço geográfico e nas ações e estratégias dos pescadores de pequena escala, especialmente no caso brasileiro.

No início da década de 1980, Diegues (1983) conclui seu estudo fazendo uma analogia entre a expansão da produção capitalista no setor pesqueiro e em outros setores da produção social, confirmando as características já apontadas por Marx desta expansão, qual seja, esgota as duas fontes de onde jorra a riqueza: o mar e os trabalhadores.

Predação dos recursos pesqueiros e a expropriação dos trabalhadores da pesca, levando alguns segmentos de pescadores à proletarização, são alguns dos processos apontados pelo autor decorrentes deste processo. No caso brasileiro, o Estado, através das políticas implementadas pela SUDEPE, alavanca e acelera a formação de um segmento capitalista e industrializado na pesca, durante as décadas de 1960, 70 e 80.

A sobrepesca de algumas espécies, a pesca predatória de outras tantas e a destruição de ecossistemas de alta produtividade são algumas das consequências que acompanharam

o desenrolar do projeto de modernização do setor pesqueiro, contribuindo para a redução do pescado situado junto a costa. Ainda junto a costa, nas áreas de atuação da pesca artesanal, verificou-se um aumento da disputa pelo pescado (LOUREIRO, 1985). Parte da frota industrial atuando com técnicas predatórias para as baixas profundidades próximas a costa acarretaram a diminuição da oferta de pescado para os pescadores artesanais, cujos meios de produção não lhes possibilitam um deslocamento mais amplo, acirrando disputas pela apropriação destes espaços e do pescado neles contido.

Paralelo a estes eventos relacionados à dinâmica da atividade pesqueira, o processo de urbanização e industrialização do território brasileiro se manifestam nas zonas costeiras com implantações de pólos industriais petroquímicos, mineiro-metalúrgicos entre outros e a formação de zonas metropolitanas costeiras. Na esteira destes eventos a expansão do turismo litorâneo em modalidades de segunda residência ou de implantação de destinos e pólos turísticos. Nas áreas ribeirinhas a construção de grandes empreendimentos hidrelétricos, a expansão das atividades agropecuárias e o aumento da carga de emissões de poluentes nos corpos d'água, são alguns dos aspectos que interferem na dinâmica da pesca continental.

Em trabalho anterior, uma síntese deste processo é apresentada:

*“Sujeitos aliados das políticas públicas da SUDEPE, os pequenos pescadores presenciaram suas áreas de pesca serem objeto de avanço da frota pesqueira de armadores e empresas acirrando a competição pelo pescado, viram-se subordinados por um mercado dominado por atravessadores de pescado que subtrai seus rendimentos e tiveram seus espaços de vida reduzidos pelo avanço da especulação imobiliária pelo litoral, apenas para citar alguns dos processos que se exponencializaram ao longo das últimas três décadas” (CARDOSO, 2001a).*

Quase trinta anos decorridos da conclusão de Diegues, a expansão da produção capitalista na pesca, assim como em outros setores se reestrutura, se transforma, mas mantém suas características destrutivas: permanece esgotando os recursos naturais e os trabalhadores.

Antunes (1999) aponta que as respostas da crise experimentada pelo capitalismo nas últimas décadas rebatem em profundas mutações no mundo do trabalho, com um enorme desemprego estrutural, precarização do trabalho e degradação da relação metabólica entre homem e natureza. Nessa perspectiva o início do século XXI desvela o mundo do trabalho precarizado, o desemprego estrutural e os processos onde as águas, ares, vidas e terras se movem na balança cada vez mais pendente da degradação. Tudo isso acrescido pelos mecanismos contemporâneos de concentração do capital, privatização e controle dos recursos naturais.

Se os impactos da expansão da crise do capitalismo no mundo do trabalho e na degradação ambiental tornam-se mais claros e questionados no final do século XX, os impactos da modernização e industrialização das pescarias sobre os pequenos produtores da pesca se fazem sentir já nos anos de 1980. Em 1984, a FAO organizou a 1ª Conferência Mundial sobre Ordenamento e Desenvolvimento Pesqueiro, onde aponta para a importância da pesca de pequena escala. No discurso do então Diretor Geral da FAO, o Sr Saouma refere-se que em muitas partes do mundo as famílias de pescadores são um dos setores mais pobres entre os pobres (KRONE, 1987).

Vale recordar ainda o movimento de pescadores pernambucanos, que nos anos de 1960, durante a década de 1970 e início de 1980, organizaram manifestações em defesa dos rios e estuários daquele estado, contra a poluição oriunda das indústrias e engenhos (SILVA, 1989).

Estas duas menções apontam para os impactos dos processos de expansão do capitalismo sobre a vida dos pescadores de pequena escala, que possuem uma temporalidade mais ampla. Qual seja a precarização do trabalho e a destruição dos recursos e ambientes aquáticos tem longa data e permanecem ainda hoje. Pode-se mesmo retroceder a outros momentos, porém não é o objetivo deste artigo, cabendo apontar alguns dos embates que são travados pelos trabalhadores da pesca na perspectiva de sua resistência e reprodução social.

Questões com as quais os pescadores artesanais brasileiros se defrontam em seus espaços de vida e trabalho, também foram identificadas em trabalhos anteriores. Foram

apresentadas problemáticas relacionadas aos organismos políticos de representação dos trabalhadores da pesca, a interlocução com os poderes públicos, as questões relacionadas à economia do pescado, à degradação dos ambientes aquáticos, questões relacionadas aos lugares de moradia dos trabalhadores da pesca, que envolve demandas relativas à saúde, educação, comunicação, entre outras, além de questões que trazem uma dimensão eminentemente territorial (CARDOSO, 2001b).

A análise de documentos de encontros de pescadores revela estas preocupações e problemas para os quais os pescadores e suas organizações buscam enfrentar. Alguns exemplos recentes podem ser elencados, denotando a persistência destas problemáticas e sua atualidade.

Por ocasião da III Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, promovida pelo MPA em 2009, organizações de pescadores e entidades de apoio organizaram a I Conferência Nacional da Pesca Artesanal. O material de divulgação, reproduzido a seguir, explicita a realização deste encontro “paralelo” ao encontro oficial:

“A atividade é independente e inédita, motivada pela quantidade de problemas enfrentados em todo o país. Questões ambientais, como a diminuição e desaparecimento de espécies, diminuição de vegetação natural, contaminação do solo e das águas, são apontadas como as principais ameaças. Conseqüentes de grandes projetos econômicos, como a expansão do agronegócio e os altos investimentos na aquicultura com as grandes áreas de cultivos, que tem como vedete a piscicultura e os viveiros de camarão no Ceará e em diversas comunidades no Nordeste, construídos, na maioria das vezes, sobre manguezais, que são Áreas de Proteção Permanente.

Afora os grandes empreendimentos turísticos e os projetos de suporte, como a construção de hidroelétricas e transposições de rios, como o São Francisco, que simbolizam desde a expulsão das populações de seus territórios tradicionais até o descaso com os problemas reais.

A I Conferência Nacional da Pesca Artesanal demonstra ainda a descrença com a III Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, organizada pelo recém criado Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e prevista para acontecer também no final desse mês.

*É organizada por associações, colônias, sindicatos e federações de pescadores: Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais; Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), Movimento Nacional dos Pescadores (Monape); Confederação dos Sindicatos dos Pescadores Artesanais (Confespa) e Movimentos estaduais de pescadores.” (CIMI, 2009).*

No âmbito internacional organizações de pescadores, organizações não governamentais e representantes governamentais de sete países africanos, reunidos em junho de 2008, firmaram a Declaração de Zanzibar, resultante do seminário “Consolidar direitos, definir responsabilidades: pontos de vista de comunidades pesqueiras de pequena escala sobre gestão costeira e pesqueira na África austral e oriental”.

No preâmbulo do documento, os participantes demonstram sua preocupação com:

*“...el impacto negativo de la globalización, que permite prácticas industriales devastadoras como el arrastre selvaje del camarón o la pesca de altura del atún, el desarrollo del turismo o la acuicultura industrial; por la seguridad de los pescadores y de las operaciones pesqueras en aguas marinas e continentales, por la creación de áreas marinas protegidas sin participación de sus habitantes, por la contaminación acuática y terrestre, la discriminación contra las mujeres, la alta incidencia del HIV/SIDA em las comunidades pesqueras y la falta de respeto por los derechos ancestrales de las comunidades pesqueras a sus terras.” (SAMUDRA, 2008).*

Em Chennai, Índia, em janeiro de 2009, os participantes do seminário “Dimensões sociais da implantação de áreas marinhas protegidas na Índia: realmente se beneficiam as comunidades pesqueiras?”, apresentam entre as conclusões do documento final a seguinte manifestação: “...instamos a que se reconozca la necesidad de um marco integral y participativo para la conservación, explotación y manejo de los recursos marinos y costeros vivos, que brinde a las comunidades pesqueras derechos preferenciales de acceso...” (SAMUDRA, 2009).

Embates territoriais, acesso aos recursos, direitos ancestrais. Os três documentos transcritos acima revelam a disputa por um espaço político, produtivo e vivido, diante de um modelo de produção econômica e social concentrador e destrutivo. Levado a cabo por

segmentos representantes de pescadores de pequena escala, apontam para a importância desta modalidade como produtora de trabalho, renda e alimento, entre os cerca de 43 milhões de pescadores e aquicultores do mundo.

Com uma temporalidade longa, seus embates e estratégias de luta se atualizam, por vezes se radicalizam e persistem na perspectiva de sua reprodução enquanto sujeitos e trabalhadores do mundo das águas.

## Considerações Finais

Das dinâmicas territoriais, sociais, econômicas e ambientais presentes nos espaços urbanos, rurais, litorâneos, ribeirinhos e aquáticos, a partir dos quais se realiza a atividade pesqueira e aquícola, deriva o leque de situações de conflitos, alianças, lutas e mecanismos de disputas políticas envolvendo os trabalhadores da pesca. As respostas dos pescadores se manifestam em várias frentes, envolvendo os espaços de trabalho, vida e morada, envolvendo as instituições voltadas à representação de seus interesses profissionais – tais como colônias ou sindicatos, ou ligadas aos seus espaços de vida – associações de bairro, câmara de vereadores, por exemplo. Em anos mais recentes as chamadas organizações não governamentais (ong's), ligadas à preservação da natureza, passaram a compor o rol de entidades com as quais os pescadores se relacionam.

Diante desta situação, identificar as frentes de ação e reação que os pescadores estabelecem com as políticas públicas e com o capital, torna-se assim um elemento que permite apontar a politização e a abrangência de suas lutas, bem como o que Breton e Cavanagh (2005) denominam de possibilidades de coalisão dos pescadores com os demais segmentos da sociedade. Possibilita ainda verificar, diante das propostas de ordenamento pesqueiro ou pesca sustentável, o caráter fetichista, ou não, de sua ação política (GÓMEZ e THOMAZ JÚNIOR, 2005).

Apreender suas demandas e dinâmicas, talvez possa contribuir para que o mundo da pesca se descortine e as águas sejam olhadas como espaços de trabalho e territórios em disputa, reduzindo o estranhamento para com o pescador, seu fado e sua faina.

## Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999. dada à disponibilidade e qualidade das informações,
- BRASIL. *Lei 11.959 de 29 de junho de 2009*. Brasília: DOU, 2009.
- BRETON, Yvan, ESTRADA, Eduardo Lopes. *Ciencias Sociales y Desarrollo de las pesquerias : Modelos y Metodos aplicados al caso de Mexico*. México: Inst. Nacional de Antropologia y Historia, 1989.
- BRETON, Yvan, CAVANAGH, Julie. Mobilização de pescadores e política municipal em São Sebastião. In DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana (org.). *O Olhar estrangeiro -enciclopédia caiçara*. São Paulo: Hucitec/Nupaub, v. III, 2005.
- CARDOSO, Eduardo Schiavone. Geografia e pesca: aportes para um modelo de gestão. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, n 14, p.79-88, 2001a
- CARDOSO, Eduardo Schiavone. *Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, 2001b, Tese de Doutorado – Geografia. .
- CARDOSO, Eduardo Schiavone, FURLAN, Mariele Colleto, MARTINS, Josué. *Pesca e atividades complementares em águas interiores do Rio Grande do Sul*. Santa Maria: Relatório de Pesquisa-Fapergs, 2009.
- CARVALHO FILHO, Jomar. Censo agropecuário 2006 do IBGE mostra que a produção aquícola brasileira é menor do que se pensava. *Panorama da Aquicultura*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 115, p. 42-43, set.-out. 2009
- CIMI. Conferência histórica marca a luta por políticas públicas para a pesca artesanal. Disponível

em <[www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br)>, acesso em 20 de outubro de 2009

DIAS NETO, José, DORNELES, Lia Drumond. *Diagnóstico da Pesca Marítima no Brasil*. Brasília: IBAMA. 1996.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*. São Paulo: Ática. 1983.

FAO. *El estado mundial de la pesca y acuicultura*. Roma: FAO, 2009.

GÓMEZ, Jorge Montenegro, THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Novo sentido da luta de classes e do controle social no meio rural: uma contribuição à geografia do conflito capital x trabalho. *Ciência Geográfica*, Bauru, v. XI, n. 1, p. 12-19, jan.-abr, 2005.

IBAMA. Estatísticas da pesca - 2004 . Brasília: MMA, 2005.

IBAMA. Estatísticas da pesca - 2006 . Brasília: MMA, 2008.

KRONE, W. Prefácio In: BEM-YAMI, M., ANDERSON, A. M. *Centros comunitários de pesca: pautas para su fundación y operación*. Roma: FAO, Documento Técnico de pesca, n. 264, 1987.

LIMA, Dário de Araújo. *As relações sociais de produção dos pescadores do Canto do Mangue – Natal/RN*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1995, Dissertação de Mestrado – Geografia.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Os Parceiros do Mar*. Belém: CNPQ/Museu Emílio Goeldi. 1985.

PROPOSTA, *Pescadores Artesanais – entre o passado e o futuro*, Rio de Janeiro, FASE, n.38, 1988

SAMUDRA, *Reclamar derechos, asumir responsabilidades*, Chennai, CIAPA, n. 50, agosto, 2008.

SAMUDRA, *Sacar partido de la gestión pesquera*, Chennai, CIAPA, n. 52, março, 2009.

SEAP. *Registro geral da pesca*. Brasília, SEAP, 2006.

SEAP. *III Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca – Caderno de Emendas*, Brasília, SEAP, 2009.

SILVA, Luiz Geraldo Santos. Movimento Social de Pescadores no Norte e Nordeste Brasileiros: Tradição e Mudança (1966 - 1988). In *III Encontro de Ciências Sociais e o Mar - Coletânea de Trabalhos Apresentados*. São Paulo: PPCAUB/F.Ford/UICN, p.141-156, 1989.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A (Des)Ordem Societária e Territorial do Trabalho. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino e MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). *O Campo no Século XXI: Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social*. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, p.71-86, 2004.